

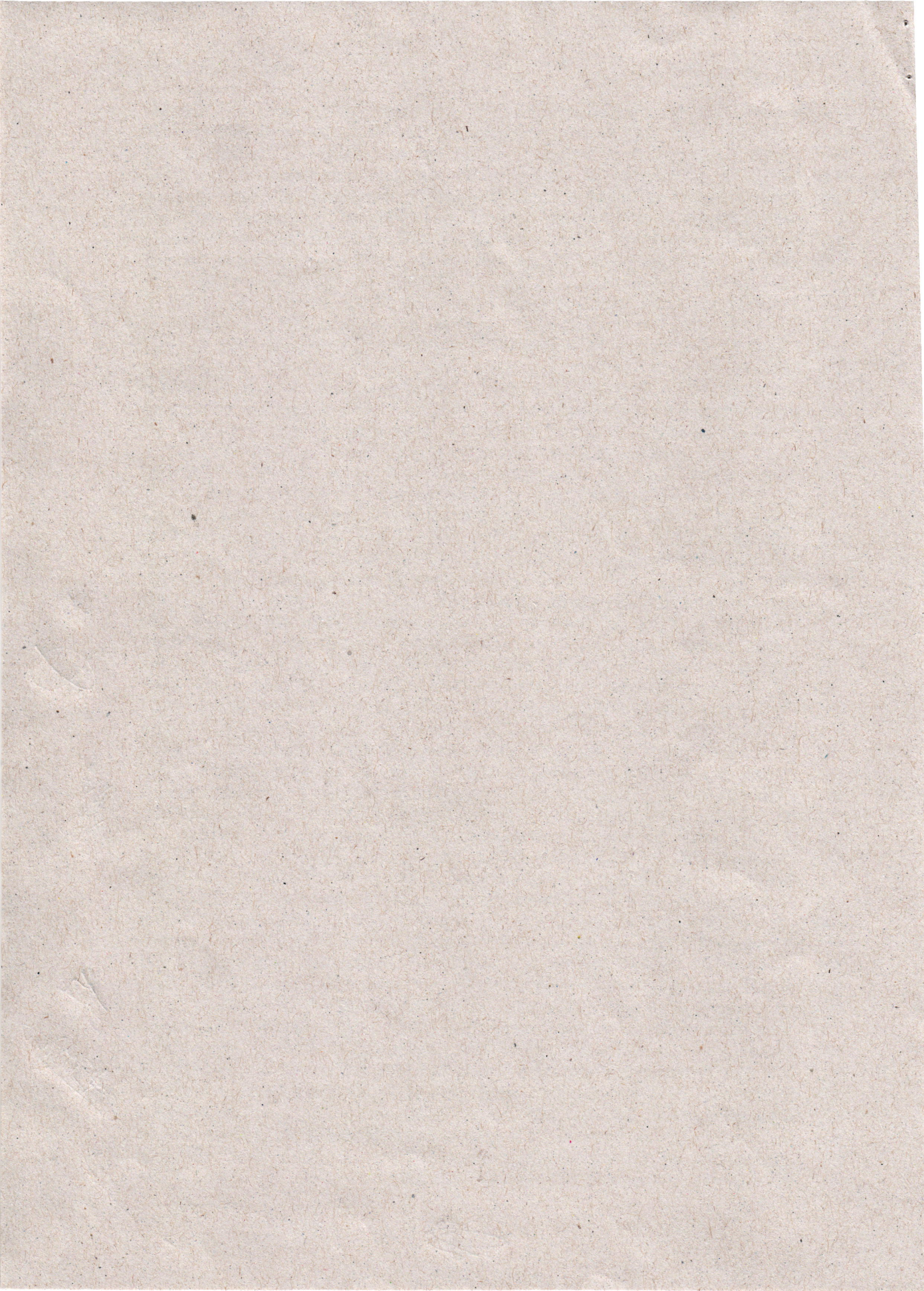
**ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE – COEMA/TO.**

1 As quatorze horas e vinte minutos, do dia 12 de dezembro de dois mil e treze,
2 na Sala de Reunião da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento
3 Sustentável – **SEMADES** reuniu-se, ordinariamente, o **COEMA/TO. Alexandre**
4 **Tadeu (NATURATINS)** presidiu a sessão, declarou aberta a 38ª Reunião
5 Ordinária, em seguida fez a leitura da pauta: 1. Abertura. 2. Ordem do dia: i)
6 Leitura, discussão e votação da Ata da 37ª Reunião Ordinária; ii) Aprovação do
7 calendário de reuniões para 2014; iii) Análise do Anteprojeto de Lei da Política
8 Estadual de Biodiversidade. 3. Palavra livre. 4. Encerramento. Sugeriu inversão
9 de pauta; solicitou alteração na ordem do dia, iniciando com os informes da
10 secretaria executiva. Foi aprovada a inversão de pauta pela plenária. Em
11 seguida desejou bom trabalho a todos e repassou a palavra para o secretário
12 executivo Rubens. O **secretário executivo Rubens**, após cumprimentar a
13 todos, falou que ia tratar dos informes, respondendo inicialmente aos
14 questionamentos realizados à presidência do Conselho em reuniões anteriores;
15 sobre a consulta feita pela FAET com relação à obrigatoriedade de entrega das
16 embalagens de agrotóxicos a uma Central, repassou que foi feito uma consulta
17 a assessoria jurídica da Semades para saber se havia uma abertura para que
18 se atendesse a solicitação através de uma Resolução via COEMA; que foram
19 realizadas consultas em algumas Leis, Resolução do CONAMA; que a análise
20 foi realizada também via Câmara Técnica da Revisão da Resolução COEMA
21 07 (CTC07); que repassou para a plenária que é obrigatório o retorno das
22 embalagens a uma Central; e que foi dado o devido retorno para a FAET pela
23 secretaria executiva. O segundo item dos informes, disse que foi publicado no
24 Diário Oficial a Lei do Cadastro Técnico Estadual de Atividades potencialmente
25 poluidoras ou utilizadores de recursos ambientais (CTE), e a Taxa de Controle
26 e Fiscalização Ambiental do Estado (TCFA), por meio da Lei nº 2.778 do Diário
27 Oficial nº 4.010, do dia 22 de novembro de 2013. Citou também que já foi
28 discutida a Política de Fauna no âmbito do COEMA, que houve um despacho
29 por parte do Secretário junto ao Governador o qual fez o devido
30 encaminhamento desta para a Casa Civil, que nesse momento estava sendo
31 preparada a Minuta para aprovação na Assembléia Legislativa e posterior
32 sanção por parte do Governador. Outro informe falou da solicitação por parte
33 do Sistragas, via representante da AL no COEMA, sobre a dispensa de
34 Licenciamento Ambiental para revendedoras de gás liquefeito de petróleo
35 (GLP); repassou que está sendo discutida na Câmara Técnica de Assuntos
36 Jurídicos (CTAJ), uma proposta de Resolução para que possam ser criados
37 mecanismos simplificados ou uma dispensa de licitação, e para isso está sendo
38 consultada a base legal, para que não entre em conflito com outra Lei ou
39 Resolução. Ratificou que a SEMADES foi consultada para esse procedimento,
40 e está sendo preparada uma Minuta para dispensa do Licenciamento, sem ferir
41 ou ir contra a outra legislação que estabelece regras para esse setor, isso vai
42 ser feito via Resolução do COEMA. Continuando, disse que a Câmara
43 Técnica de Florestas, teve uma pauta de reuniões, e nesse momento está
44 aguardando a minuta da Lei de Política de Floresta; lembrou que estava na
45 pauta da reunião anterior (37ª) do COEMA a apresentação e aprovação da
46 Minuta da Política de Biodiversidade; que, no entanto, não houve tempo
47 suficiente; informou que foi dado uma seqüência da discussão na revisão da
48 Política Estadual de Floresta na Câmara Técnica de Floresta e chegou-se a
49 conclusão que o ideal seria aguardar a apresentação da minuta da Lei por

50 parte da empresa de consultoria que foi contratada para reformulação da Lei
51 de Floresta e elaboração do Plano Estadual de Floresta. O secretário Rubens
52 disse que, atualmente, está em fase de conclusão da Minuta e que ela ainda
53 não estava pronta para retornar a Câmara Técnica de Floresta pela existência
54 de alguns pontos que não foram devidamente esclarecidos. Disse ainda que a
55 SEMADES fez uma reunião com o presidente do Naturatins Alexandre Tadeu
56 e, especificamente, um dos pontos mais discutido foi o da Reserva Legal, como
57 poderá ficar na nova Lei da Política de Floresta, levando em consideração os
58 três diferentes percentuais atuais no Estado Tocantins. Tratando de outro
59 informe, o secretário Rubens comunicou o encerramento da gestão 2012/2013;
60 repassou nomes dos membros que não poderiam ser reconduzidos por
61 questão regimental para a gestão 2014/2015; pontuou que há necessidade de
62 revisão na legislação do Conselho, que uma delas é quanto à forma de alterar
63 a composição das cadeiras do COEMA por Lei, justificando que não tem
64 sentido ser por Lei, que atualmente é muito demorado o processo (aprovação
65 na plenária – aprovação do governador – segue para a Casa Civil – envio para
66 a Assembléia Legislativa – sanção do governador – publicação no Diário
67 Oficial); que o Regimento Interno deveria ser um instrumento flexível e de fácil
68 aplicação, e que, em sua opinião, deve-se fazer uma nova revisão, e citou o
69 exemplo de poder contar com a permanência das pessoas que dão muito
70 contribuição, citou alguns nomes de membros atuantes, apesar de já terem
71 exercido dois mandatos. **Joaquim (IBAMA)** disse que gostaria de retomar o
72 informe das entregas obrigatórias das embalagens de agrotóxicos, a logística
73 reversa, citada pelo representante da FAET, Sanir; pontuou que o IBAMA não
74 vai mexer mais na questão, que o Ministério do Meio Ambiente está fazendo
75 um acordo setorial para estabelecer mais postos de coletas que irão facilitar a
76 entrega pelos agricultores. **Alexandre Tadeu (NATURATINS)** repassou que a
77 FAET já tinha protocolado um requerimento junto ao COEMA para elucidar
78 essa situação, que ele levou para a Diretora específica do Ministério do Meio
79 Ambiente, que ela por sua vez entrou em contato com o Instituto de Pesquisas
80 Veterinárias Especializadas – IPEVE, que visitou o Tocantins, sendo realizada
81 reunião com o IBAMA, Secretaria da Agricultura, Naturatins e que ficou
82 estabelecido algumas condições para o ano de 2014. Continuando, explicou
83 que a situação das embalagens de agrotóxicos estava bem encaminhada, será
84 resolvida através de unidades volantes (caminhões) em calendário (data) fixo
85 de coleta para todos os anos, que as pessoas irão saber a data que os
86 caminhões irão passar em determinada cidade. Alexandre pontuou que das
87 seis cadeias tratadas na logística reversa, a única que não está tendo acordo
88 setorial é a de embalagens de agrotóxicos, que está sendo um problema local;
89 e que em nível nacional está funcionando corretamente. Concluindo comunicou
90 que tem mais uma central, em Gurupi, licenciada em 2013; e que o problema
91 da logística reversa continuava para outros resíduos como pneus, pilhas,
92 baterias, computadores e outros que terão que aguardar os acordos setoriais.
93 **Joaquim (IBAMA)** pontuou sobre outro informe que tratou da Lei do Cadastro
94 Técnico Federal e da TCFA, e solicitou ao Naturatins que comunicasse ao
95 IBAMA, para que eles pudessem também implantar, justificando que o
96 Naturatins vai trabalhar com o cadastro técnico do IBAMA, e que a TCFA vai
97 ser dividida a partir do recolhimento no Banco do Brasil. **Alexandre Tadeu**
98 **(NATURATINS)** disse que quando da aprovação da Lei nº 2.778, receberam um
99 kit que está sendo seguido pelo Naturatins; que vai encaminhar um ofício, fazer
100 um termo de acordo com o IBAMA, e que falta estabelecer os modos operantes

101 que podem ser realizadas de duas formas: o primeiro, recolher tudo para União
 102 e ela repassa, e a outra é fazer um acordo com o Banco do Brasil, e no
 103 instrumento do recolhimento já separa a parte do IBAMA e a outra parte vai
 104 para o Estado, que para ele é o modelo mais eficiente; os recursos vão para o
 105 Fundo. **Joaquim (IBAMA)** disse que o IBAMA fez acordo com o Banco do
 106 Brasil, é já arrecadaram (R\$ 1.700.000,00) em TCFA, mas pontuou que ainda é
 107 muito pouco, exemplificou que uma empresa como a BUNG no CTF é
 108 considerada de pequeno porte; alertou que há necessidade de auditorias e
 109 realinhamentos nos portes; concluiu dizendo que, para ele, a arrecadação está
 110 uns 30% do volume que poderia arrecadar. **Alexandre Tadeu (NATURATINS)**
 111 aproveitou para repassar que foi assinado em Brasília, na data de ontem, 11 de
 112 dezembro, renovado junto ao IBAMA o Termo de Acordo de Gestão Florestal,
 113 continuando validado junto ao Estado a Gestão Florestal e que será publicado
 114 assim que os todos os estados assinarem. **Rubens Brito (SEMADES)**
 115 questionou a Alexandre se já havia alguma resposta do Ministério em relação
 116 ao Decreto do Cadastro Ambiental Rural (CAR). **Alexandre Tadeu**
 117 **(NATURATINS)** respondeu que está sendo preparado para o dia 19 ou 20 de
 118 dezembro 2013; que o Ministério vai mandar os convites, onde será assinado
 119 nesse dia o Decreto do CAR, do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas
 120 (PRA), e mais alguns outros. O **secretário executivo Rubens** ofereceu o
 121 suporte técnico da Secretaria Executiva e da Câmara Técnica do COEMA para
 122 auxiliar nos trâmites meios/detalhamentos da TCFA. Em seguida, deu
 123 continuidade aos trabalhos, verificou a existência de quórum, sugeriu colocar
 124 em votação a aprovação da Ata e do Calendário de 2014; pontuou que o Anti
 125 Projeto da Política de Biodiversidade, por ser um tema estratégico, vai ser
 126 submetido para próxima reunião do COEMA. Todos concordaram. Questionou
 127 sobre a aprovação. Foi aprovada a ATA da 37ª RO e o Calendário de Reuniões
 128 Ordinárias para 2014, que após algumas sugestões, ficaram definidas nas
 129 quartas feiras, as seguintes datas: 19 de fevereiro - 14 de maio - 27 de agosto -
 130 05 de novembro de 2014. Finalizando os informes, Rubens repassou para
 131 Simone Camelo (coordenadora de Unidades Colegiadas da Semades) fazer
 132 apresentação das atividades desenvolvidas em 2013. **Alexandre Tadeu**
 133 **(NATURATINS)** solicitou um aparte para informar que o FUEMA será tratado
 134 na primeira reunião do ano de 2014 do conselho com a apresentação da
 135 prestação de contas de 2013 e o Plano de Aplicação de 2014. **Simone Camelo**
 136 **(SEMADES)** agradeceu, deu boa tarde a todos e passou a apresentar o
 137 Balanço das Atividades desenvolvidas em 2013. Inicialmente repassou o
 138 quantitativo das reuniões da plenária e das câmaras técnicas (CT);
 139 especificando cada uma das CT; ressaltou que foi cumprido o Calendário de
 140 reuniões ordinárias de 2013; que estava sendo encerrado as atividades e o
 141 mandato da gestão 2012/2013 do COEMA na referida reunião; que as seis
 142 Câmaras Técnicas (cinco permanentes e uma temporária) trabalharam
 143 bastante, com um total de 55 Reuniões (até a data do dia 05 de dezembro de
 144 2013); especificou que a CT de Assuntos Jurídicos foram 07 reuniões; a CT de
 145 Florestas: 04 reuniões; a CT de Unidades de Conservação: 13 Reuniões; a CT
 146 Temporária de Revisão da Resolução 07: 10 Reuniões; a CT Licenciamento e
 147 Qualidade Ambiental: 13 Reuniões; a CT de Compensação Ambiental: 08
 148 Reuniões; citou as principais pautas: Política Estadual de Proteção à Fauna;
 149 Revisão da Resolução Coema 07 (Manual de Controle Ambiental; Dispensa de
 150 Licenciamento); ICMS Ecológico; Alteração da Lei e Regimento Interno do
 151 Coema; Política Estadual de Biodiversidade; Inventário Florestal do Tocantins.

152 Continuando, fez a observação que para a participação das ONG no Conselho
153 há a exigência que estejam inscritas no CEATO – Cadastro de Entidade
154 Ambientalista do Estado do Tocantins; que houve a inscrição de três entidades
155 em 2013, perfazendo um total de dez; explicou que entre as dez ONG
156 cadastradas, duas (titular e suplente) vão ser escolhidas para representar o
157 setor, através de eleição, para o biênio 2014/2015; que a Semades auxilia no
158 processo cedendo sala e apoio técnico. Simone repassou detalhadamente as
159 análises realizadas pelas CT e pela plenária, citando que na Câmara Técnica
160 da Revisão da Resolução Coema 07 (CTC07) foi discutido o Manual de
161 Controle Ambiental, mas que não foi à plenária devido à aprovação da Lei nº
162 2.713 de 09/05/2013 (Publicado no DOE em 16 mai 2013) - instituiu o
163 Programa de Adequação Ambiental de Propriedade e Atividade Rural - TO-
164 LEGAL; que foi também analisada pela CTC07 (em 10 reuniões) a
165 segmentação da Coema 07: Análise da Minuta que Estabelece parâmetros e
166 procedimentos para o Licenciamento Ambiental Simplificado e para a Dispensa
167 de Licenciamento Ambiental Estadual dos empreendimentos e atividades de
168 baixo impacto ambiental; pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos (CTAJ) a
169 análise de solicitação de expediente oriundo da empresa TOBASA Bioindustrial
170 de Babaçu S.A., solicitando apoio governamental para alteração da Lei nº
171 1.959, de 14 de agosto de 2008, e documentos correlatos; pelas Câmara
172 Técnica de Unidades de Conservação (CTUC) e CTAJ e pela PLENÁRIA:
173 Minuta do Projeto de Lei da Política Estadual de Fauna; pelas CTUC e CTAJ:
174 Minuta do Projeto de Lei - Política Estadual de Biodiversidade; pela CTUC:
175 Regulamentação de artigos da Lei nº 1.560, de 05 de abril de 2005, que institui
176 o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza - SEUC, e dá
177 outras providências; pela CTAJ e PLENÁRIA das alterações na Lei e no
178 Regimento Interno do COEMA; pela PLENÁRIA os seguintes assuntos: Análise
179 da Minuta de Decreto que dispõe sobre os índices de cálculo do ICMS
180 Ecológico; Plano de Aplicação do FUEMA/2013; Inventário Florestal do Estado
181 do Tocantins. Dando continuidade, falou também das pautas que ainda estão
182 em análise pelas CT, citando CT Florestas e a CT Licenciamento e Qualidade
183 Ambiental a Revisão da Resolução COEMA/TO nº 07, de 9 de agosto de 2005
184 – Agenda Verde; que a CTUC: Minuta de Resolução para Critérios de Seleção
185 de Gerente de Parque; que a Câmara Técnica de Compensação Ambiental
186 (CTCA) está procurando estabelecer instrumentos para o cálculo de
187 Compensação Ambiental; que CTAJ está fazendo Análise da Minuta que
188 Estabelece parâmetros e procedimentos para o Licenciamento Ambiental
189 Simplificado e para a Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual dos
190 empreendimentos e atividades de baixo impacto ambiental. Citou as
191 Resoluções publicadas até a presente data no ano de 2013: nº 39 que criou a
192 Câmara Técnica Permanente de Licenciamento Ambiental; de número 40 que
193 dispõe sobre o Questionário da avaliação qualitativa do ICMS Ecológico, as de
194 números 41 e 42 que homologaram a inscrição de três ONG no CEATO. No
195 último slide, mostrou as publicações realizadas no Diário Oficial do Estado do
196 Tocantins: Decreto nº 4.750, de 28 de fevereiro de 2013 que dispõe sobre a
197 Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN; Decreto nº 4.739, de 15 de
198 fevereiro de 2013 que altera o Decreto nº 1.166/2002 que trata dos Índices de
199 Cálculo do ICMS; Lei nº 2.778, de 22 de novembro de 2013, que institui o
200 Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou
201 Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTE e a Taxa de Controle e
202 Fiscalização Ambiental do Estado do Tocantins – TCFATO; citou ainda o que

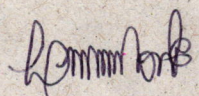


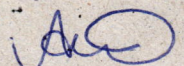
203 estava em andamento na Casa Civil, que esperava que fosse enviado à
 204 Assembléia Legislativa para aprovação ainda em 2013, sendo a Alteração da
 205 Lei do Coema (Lei nº 1.789, de 15 de maio de 2007) e a Política Estadual de
 206 Fauna. Simone concluiu dizendo que o balanço é positivo; ratificou o
 207 encerramento dos mandatos dos Conselheiros no biênio 2012/2103, que os
 208 membros receberão um certificado pela participação; disse que os gestores
 209 vão receber ainda em 2013 a solicitação oficial para indicação dos novos
 210 membros; ressaltou que a lista com nomes já lida pelo secretário executivo
 211 Rubens segue o Regimento Interno atual onde os participantes só podem
 212 exercer dois mandatos seguidos; e que para não seguir, deverá alterar a
 213 legislação; encerrou agradecendo a participação e atenção de todos. O
 214 **secretário executivo Rubens Brito** parabenizou a dedicação e participação
 215 de todos, ressaltou que mesmo com todas as dificuldades, foi feito um bom
 216 trabalho no decorrer do ano com saldo bastante positivo. Agradeceu a
 217 participação de todos e também dos membros das Câmaras Técnicas.
 218 Continuando, citou alguns desafios para o ano de 2014, sendo um deles a
 219 discussão do Novo Código Florestal Estadual, que esperava ter um processo
 220 participativo. Em seguida deixou a palavra livre. **Adelmário (ONG/Ecoterra)**
 221 ressaltou o trabalho do COEMA e da Secretaria Executiva, que foi um ano de
 222 muitas discussões, sendo todas bem proveitosas, lembrou também de muitos
 223 eventos onde todos puderam dar sua contribuição; sugeriu, classificando-o
 224 como muito importante, que poderá ser discutida no ano de 2014, a gestão do
 225 Fundo Estadual de Meio Ambiente; e disse que o Tocantins está fazendo
 226 diferente do que determina a Legislação e o que ocorre em outros Estados.
 227 **Sanir (FAET)** ressaltou a presença da FAET com posicionamentos sempre
 228 firmes em todas as reuniões, respeitando a opinião e a posição de cada um,
 229 que, apesar de contraditórios considerava positivo para um resultado bem
 230 melhor para a sociedade, e que caso continue na próxima gestão, ou mesmo
 231 os próximos representantes da instituição continuarão com espírito
 232 colaborador; finalizando, agradeceu e desejou Feliz Natal e Bom Ano Novo
 233 para todos. **Tenente Albernaz (PM/CIPRA)** fez uso da palavra dando boa
 234 tarde e desejou um Feliz Natal e Próspero Ano Novo a todos; agradeceu pela
 235 oportunidade de participação na gestão 2012/2013 e colocou a disposição a
 236 Companhia Independente de Polícia Militar Rodoviária e Ambiental – CIPRA
 237 para colaborar com as políticas públicas do Tocantins e disse que esperava a
 238 continuidade dos debates na próxima gestão. O **secretário executivo Rubens**
 239 disse que esperava que 2014 fosse o ano do Projeto de Combate e Controle a
 240 Queimadas, onde a CIPRA é um grande parceiro. Em seguida, perguntou se
 241 havia mais alguma colocação; ratificou que a Minuta da Política da
 242 Biodiversidade, ficou transferida para próxima reunião. Na sequência foi
 243 realizada a entrega dos certificados aos conselheiros. Não havendo outras
 244 manifestações, agradeceu a participação de todos e desejou um ano novo de
 245 muitas realizações e conquistas e encerrou a reunião. Eu, Rubens Brito,
 246 secretariei a reunião e, a ata, uma vez aprovada pela plenária, será assinada
 247 pelos conselheiros.

Presidente

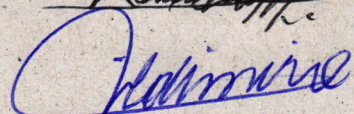
Secretário Executivo

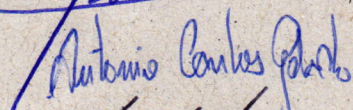
ASSINATURAS:

 - SEDUC

 - SESAU

 - SANEATINS

 - SORCATIONS

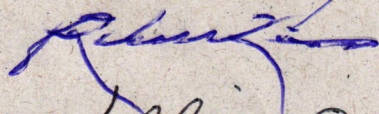
 - AMECOM

Helber Franco de Oliveira

Graziela Macedo Cortez - ADUR

Aracy S. de Oliveira Nunes - Seplan

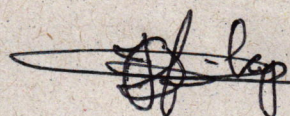
Sirio Santos T. Ab. Gomes



Walden S. de Lencastre - SIAGRO

S J

BR A

 - PMTO

Instituições Ausentes:

Associação Tocantinense dos Municípios – ATM;
Secretaria da Educação e Cultura – SEDUC;
Procuradora Geral do Estado – PGE;
Agência de Desenvolvimento Turístico – ADTUR;
Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa – AL;
Comunidade Indígena;
Companhia de Saneamento do Tocantins – SANEATINS;
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins– FETAET
Federação das Indústrias do Estado do Tocantins – FIETO;
Federação do Comércio do Estado do Tocantins – FEÇOMÉRCIO;
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins – CREA.

